

# LUTA MUNICIPALÁRIA

Boletim Informativo nº 49 - Junho de 2017



## 21 de junho (quarta) #DIA DE LUTA DOS MUNICIPALÁRIOS

9h ATO PÚBLICO no Paço Municipal

12h ASSEMBLEIA GERAL no Centro de Eventos do Parque Harmonia

14h Câmara de Vereadores (votação AUMENTO ALÍQUOTA PREVIMPA)

19 de junho (segunda), às 19h – AUDIÊNCIA PÚBLICA PREVIMPA

20 de junho (terça), às 19h – O desmanche do Estado Social

26 a 29 de junho – PLENÁRIAS REGIONAIS

30 de junho (sexta) – GREVE GERAL



[www.simpa.org.br](http://www.simpa.org.br)



@simpa.sindicato.municiparios



[www.flickr.com/photos/simpapoa](http://www.flickr.com/photos/simpapoa)



[simpa@simpa.org.br](mailto:simpa@simpa.org.br)

# JUNTOS, CONQUISTAMOS IMPORTANTE VITÓRIA DA CATEGORIA!

Lotamos o plenário da Câmara de Vereadores, no dia 31/5, e levamos o prefeito Marchezan Jr. a retirar o Projeto de Lei do Executivo 02/2017, que condicionava a reposição da inflação nos salários dos servidores ao fluxo de caixa da Prefeitura. Foi uma importante vitória da categoria e de todos aqueles que precisam de um serviço público de qualidade. No momento em que a população vivencia ataques às políticas públicas e aos direitos, os servidores municipais demonstraram que é possível resistir e derrotar a política de precarização que o prefeito tenta impor na cidade.

Nossa mobilização precisa ser fortalecida e aumentar para impedir o parcelamento dos salários e garantir a retirada de outros projetos do governo municipal, como o PLCE 04/2017, que prevê o aumento da contribuição previdenciária de 11% para 14%. Mais uma medida desnecessária de Marchezan, que visa somente à redução dos salários.

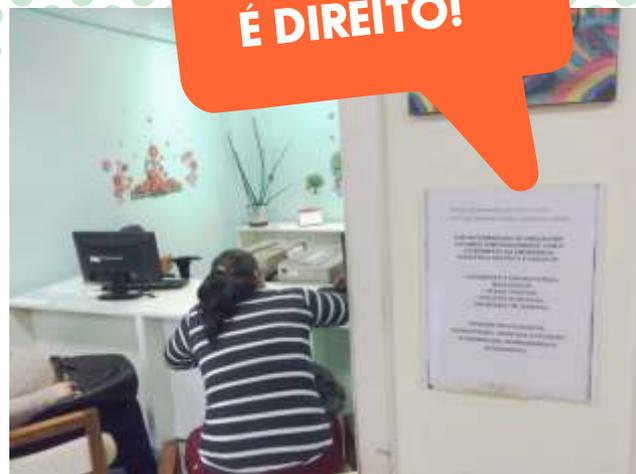
Somos uma categoria forte, mas a política que tomou conta do Paço Municipal nos desafia a ampliar nossa capacidade de resistência e luta. Marchezan Jr. não libera o ponto para nossas assembleias e não negocia os dias de greve porque não nos quer organizados. A direção do SIMPA está com a sua assessoria jurídica totalmente mobilizada para fazer valer nossos direitos, mas todos estão conscientes que a judicialização não é uma garantia, muito menos uma certeza. Quando decidimos e deliberamos junto com os CORES em horários diversos para assembleias e atos, é com o compromisso de não penalizar a todos com cortes e descontos nos salários. Manter e fortalecer a luta, a unidade com todos as categorias profissionais que formam a grande categoria municipal é o nosso desafio e o caminho para nossas conquistas. A vitória do dia 31/5 mostrou a direção.

## FALTAM SERVIDORES NA SAÚDE

Os governos que passam pela Prefeitura de Porto Alegre patrocinam o desmonte na Saúde e o aumento das filas para consulta com especialista. A falta de Recursos Humanos aumenta a precarização e sobrecarrega os servidores e, agora, o prefeito Marchezan Jr. quer terceirizar o HMIPV.

Na Atenção Básica, as Unidades de Saúde tem consultórios pequenos, unidades sem acessibilidade, ausência de salas para reuniões das equipes e total falta de segurança em todos os serviços. Há também falta de seringas, gazes, remédios e materiais de escritório nas unidades de saúde.

#SAÚDE NÃO É MERCADORIA. É DIREITO!



O SIMPA defende um SUS público, estatal e de qualidade. Saúde não é mercadoria!

## PAPEL DA GUARDA É MAIOR

O seminário “O Papel da Guarda Municipal na Segurança Pública e a Militarização em Questão”, no dia 25/5, reuniu trabalhadores para debater a natureza da Guarda Municipal (GM) com os pesquisadores Dra. Katia Sento Sé Mello e Dr. Marcos Rolim. Para além do paradigma entre a zeladoria e o policiamento militar, Rolim defendeu que a GM tem um papel de prevenção e pode exercer muitas funções na Segurança Pública. “O profissional de segurança deve saber se articular com o povo e com as instituições para resolver o problema”, afirmou Rolim. Por exemplo, combater a evasão escolar pode ser combater a criminalidade, se a Guarda se aproximar das escolas e das famílias das crian-



ças e adolescentes em maior situação de vulnerabilidade.

A dificuldade principal de entender o papel da guarda está na falta de formação. Para Kátia Sá Mello, existe uma tensão entre formação e treinamento. As duas coisas são necessárias, mas a formação tem mais a ver com valores e parâmetros. Sem eles, o policial é treinado para obedecer e cumprir ordens sem refletir.

Fotos: Mariana Pires



## EXPEDIENTE

O informativo Luta Municipal é uma publicação do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre - SIMPA  
Rua João Alfredo, 61 - Porto Alegre/RS  
CEP 90050-230 - Fone: (51) 3228.2325

Jornalistas:  
Silvia Fernandes (Mtb 11137)  
Mariana Pires (Mtb 18419)  
Tiago Morbach  
Exemplares: 5.000  
Impressão: VT Propaganda  
Data de fechamento da edição: 13/06/2017

### GESTÃO 2016-2019

**Diretora Geral:** Luciana Pereira da Silva **Diretor Geral:** Alberto Moura Terres **Diretor Geral:** Jonas Tarcísio Reis **Diretora Administrativa:** Adriana Regina Danni Mezetti **Diretor Administrativo Adjunto:** Hamilton Fernando Pessoa Farias **Diretor Financeiro:** Adeldo Rohr **Diretor Financeiro Adjunto:** Talito Francisco Halberstadt **Diretor de Comunicação:** Ivam Martins de Martins **Diretor de Comunicação Adjunto:** Josué Fernandes Carvalho **Diretor de Formação Sindical:** Rodrigo de Barcelos Rodrigues **Diretora de Formação Sindical Adjunta:** Roselia Siviero Sibemberg **Diretor de Assuntos Jurídicos:** Luan Castilhos Sanhotene **Diretor de Assuntos Jurídicos Adjunto:** Laudenir Machado Figueiredo **Diretora de Saúde do trabalhador:** Onéia da Silva Machado **Diretora de Saúde do trabalhador Adjunta:** Rita Buttes da Silva **Diretor de Cultura, Esporte e Lazer:** Jose Francisco Espírito Santo **Diretor de Ações de combate a Opressão:** Carlos Geovani Ramos Machado **Primeira Suplente:** Ignez Maria Serpa Ramminger **Segundo Suplente:** Adroaldo Bauer Spindola Corrêa

# ASSISTÊNCIA SOCIAL PADECE

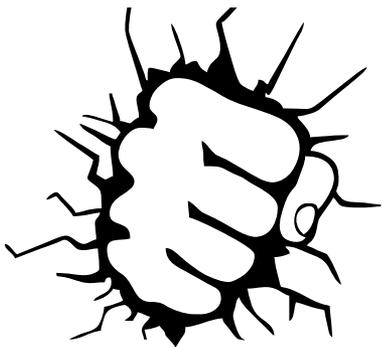
A Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) de Porto Alegre encontra-se totalmente precarizada, tanto para o funcionário, estatutário ou terceirizado, quanto para os usuários. Sem investimentos nos serviços, a população é a que mais perde. As nomeações dos concursados pararam e o cronograma de contratações até 2020 não é cumprida pelo atual governo.

## TERCEIRIZAÇÃO

As empresas LABOR, FA, SPIDER, SOME, MITRA, LAZZARI, MULTIÁGIL e COOTRAVIPA, responsáveis pelos serviços de limpeza, segurança, alimentação, portaria, vigilância, atualização e realização do Cadastro Único (registro obrigatório do Programa Bolsa Família), não cumprem com os direitos trabalhistas dos seus empregados. Atrasam salários, o vale-refeição e o vale-transporte.

A Prefeitura e a FASC terceirizam esses serviços por não possuir servidores/profissionais suficientes para atendê-los. A fiscalização dessas empresas é muito frágil, tendo gerado inclusive sindicâncias sugeridas pelo Ministério Público (MP) para apurar irregularidades. Muitos contratos e convênios estão em situação irregular, mas o governo tenta prorrogá-los, pressionando inclusive o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) que é o órgão de controle desta política pública. Já recorremos em alguns casos ao próprio MP, ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), à Procuradoria Geral do Município (PGM), tendo a FASC assinado um Termo de Ajuste de Condutas (TAC) para corrigir as irregularidades, mas nada tem dado resultado. As empresas alegam que a FASC não paga. A Fundação alega o não cumprimento dos requisitos legais para fazer o pagamento, mas quer continuar com essas empresas prestadoras.

# 30 JUNHO GREVE GERAL



Uma grande greve foi construída no dia 28/04, com participação destacada da categoria municipal, e no dia 24/05 uma grande mostra de resistência e luta foi dada em Brasília, na maior marcha dos últimos tempos. O presidente ilegítimo Temer respondeu cercado o Congresso com o Exército, num ato em consonância com o estado de exceção estabelecido pelo governo golpista. Mas não recuamos...

A reforma trabalhista que foi aprovada no Senado fragiliza as relações de trabalho, além de atacar a Justiça do Trabalho e a organização sindical. A reforma trabalhista segue seu rito e o mesmo se pretende fazer com a reforma previdenciária. Reformas que seqüestram o futuro de boa parte da juventude brasileira que não terá a possibilidade de um emprego digno e nem garantia de aposentadoria.

Somos chamados a fazer a resistência! A unidade das centrais sindicais e movimentos sociais contra as reformas, por nenhum direito a menos e pelo Fora Temer e Eleições Diretas clamam os trabalhadores e o povo a parar o Brasil, novamente, no dia 30/6. Não vão calar nossa voz!

Foto: Tiago Morbach



**#NenhumDireitoAMenos** une a luta dos municipais, entidades e usuários. Audiência Pública da Criança e do Adolescente lotou a Câmara, no dia 30/5. Trabalhadores da FASC protestam em frente à Fundação, no dia 05/6.

Foto: Sílvia Fernandes

## SERVIÇOS FECHADOS

Hoje, com o fim do contrato com a SOME (que já estava irregular), dois CRAS não possuem técnicos para atender à população mais vulnerável, e os outros 20 CRAS estão com o quadro deficitário para este acompanhamento, além de não possuírem vale-transporte para que as famílias possam se deslocar para seus atendimentos na área da saúde e outras. Está comprometido até o fornecimento de cesta básica para as mais necessitadas que não possuem alimentação.

Os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos dos seis CRAS Ampliados estão fechados por falta de profissionais. Os Abrigos de População Adulta em Situação de Rua, que funcionam 24h, não têm cozinheiros e a alimentação é preparada por voluntários, em situação irregular. Os serviços que acolhem a população durante o dia (Centros Pop) não têm condições mínimas de atendimento. Os Abrigos de Crianças e Adolescentes estão sendo totalmente terceirizados. A precarização é total e parece intencional, com o propósito de acabar com a Rede de Assistência Social, voltando ao passado assistencialista, onde só entidades do terceiro setor dedicavam-se a essa grande fatia da população. Uma total falta de compreensão da necessidade dessa fundamental política pública.

## O DESMANCHE DO ESTADO SOCIAL

O SIMPA convida os municipais para assistirem ao seminário "O desmanche do Estado Social", com Valdete Souto Severo, juíza no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS). Será na terça-feira, dia 20 de junho, às 19h, no auditório do Sindicato, aberto ao público.



# A POLÍTICA SEM EDUCAÇÃO DO PREFEITO MARCHEZAN

A escola desenvolve pessoas. Na democracia as pessoas têm direitos. As ações do prefeito Marchezan Jr. incitam, mais do que nunca, as pessoas a lutarem por seus direitos. Desde 21 de fevereiro, quando a SMED tentou impor a nova rotina, as ruas da cidade foram ocupadas pelas comunidades escolares em atos, assembleias, ocupações e passeatas. Um amplo combate ao seu governo autoritário, que tem no secretário de Educação, Adriano Brito, um fiel encarregado para DESMONTAR A EDUCAÇÃO.

A luta dos trabalhadores em educação da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre é pela DEFESA DO DIREITO À EDUCAÇÃO pública de qualidade social e da gestão democrática. A resistência à IMPOSIÇÃO DE ROTINAS ESCOLARES é um exemplo social. Tentaram o amordaçamento dos educadores, sem obter êxito. A política de Marchezan na educação é clara: sem investimento; diminuição do poder da escola para se organizar democraticamente e promover uma educação voltada às diversidades e especificidades de cada comunidade escolar. Ataca a reunião pedagógica onde os professores planejam coletivamente o processo de ensino-aprendizagem; restringe os Conselhos de Classe onde todos professores elaboram a melhor forma de levar seus alunos à construção do conhecimento, com as refeições acompanhadas que atendem o cuidar e educar como função fundamental da educação contemporânea.

## PAIS E ALUNOS PROTESTAM

No mês de maio, várias escolas foram fechadas pelas comunidades escolares. No dia 29/5, 12 escolas municipais foram fechadas pelos pais. A chamada “greve de pais” foi a primeira da história dessa cidade. Marchezan conseguiu essa proeza: pais bloquearam as entradas das escolas e outros tantos não levaram seus filhos em protesto à nova rotina escolar imposta, que desorganizou a vida de milhares de famílias na Capital. No dia 1º/6, os alunos da EMEF Pessoa de Brum fecharam a escola. Protestavam contra a diminuição do tempo de aula e o caos no refeitório, que não comporta a todos ao mesmo tempo. É desconfortável comer em pé, diziam os alunos.

## VIOÊNCIA CONTRA MANIFESTANTES

A comunidade da EMEF Rincão esteve no Paço Municipal, no dia 12/6, protestando pelo mesmo motivo. Não foram recebidos pelo prefeito, que ordenou o uso da força pela Ronda Ostensiva Municipal (ROMU) para afastar as mães e os pais. Marchezan mandou guinchar o carro de som do SIMPA para não ouvir as vozes dos lutadores. Prefere o conforto dos robôs do seu Facebook e seus puxa sacos, CCs.

## SINDICÂNCIAS E REDUÇÃO DE VICE-DIRETORES

A nova rotina escolar de Júnior foi implementada abaixo de chibata: abriram sindicâncias, ameaçaram direções e professores com corte de ponto e perda de mandatos. Para completar, o secretário retira 24 vice-diretores para reduzir “custos” e piorar ainda mais o cotidiano das escolas grandes.

Sem professores (faltam cerca de 420);  
Sem reunião pedagógica;  
Com redução do período de aulas;  
Sem 24 vice-diretores;  
Sem garantia da segurança nas escolas;  
Sem plano de qualificação das estruturas físicas;  
Sem projeto pedagógico;  
Sem respeito à gestão democrática;  
Sem diálogo com a comunidade escolar.

Foto: Luciane Pereira



## ENQUANTO ISSO, A REDE PADECE...

A realidade enfrentada na Rede: escolas com atendimento reduzido; salas de aulas com número excessivo de alunos; alunos de inclusão sem o respectivo profissional para atendê-los; professores e monitores exaustos física e emocionalmente.

Os alunos seguem em refeitórios superlotados, as escolas infestadas de pombos que colocam em risco a saúde coletiva, principalmente nos ginásios. A falta de segurança ameaça a vida de todos que estão nas escolas e têm de se enclausurar nos corredores quando há conflitos do tráfico de drogas no entorno escolar. Para essa realidade, o prefeito Marchezan não apresenta nenhuma proposta.

## ...E A EDUCAÇÃO INFANTIL TAMBÉM

A falta de recursos humanos nas EMEIs se agravou nos últimos meses e os profissionais aprovados no último concurso não são chamados. As crianças e os servidores é que sofrem as consequências da irresponsabilidade deste governo, que insiste em tratar a prefeitura como uma empresa (que deve gerar lucros) e não consegue entender que educação é um direito constitucional previsto em lei e que deve haver investimentos por parte do órgão gestor. As monitoras e monitores não têm plano de carreira e também não têm direito a 1/3 hora atividade de planejamento fora da escola, como os colegas do Ensino Fundamental, ferindo o princípio da isonomia, previsto em lei federal.